

Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia

Audição de um Representante do Instituto Açoriano de Cultura

Angra do Heroísmo, 04 de maio de 2017

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 55 minutos.

Sr. Doutor Carlos Bessa, ilustre Presidente do Instituto Açoriano de Cultura, muito prazer, desde já, em tê-lo cá. Muito obrigado por ter aceite, e através de si o Instituto Açoriano de Cultura, o nosso convite.

Foi-lhe também dito ao que vinha. Portanto, nós vamos, à partida, seguir a metodologia habitual nestas coisas, que é dar-lhe a palavra para a explanação que entender fazer sobre este tema, aliás, propositadamente bastante genérico.

Depois faremos naturalmente o debate que se impuser.

Mais uma vez muito obrigado. Tem a palavra.

(*) Representante do Instituto Açoriano de Cultura: Muito boa tarde, Srs. Deputados.

Muito obrigado por se disponibilizarem em ouvir o Instituto Açoriano de Cultura, aqui representado por mim.

Quando à questão colocada sobre a Autonomia, relativamente ao Instituto Açoriano de Cultura o que se nos oferece dizer é o seguinte:

Nós achamos que instituições como o Instituto desempenham um papel muito relevante na sociedade açoriana, nomeadamente quanto à preservação do nosso património regional, histórico, artístico, arquitetónico, arqueológico e científico.

Achamos também que a cultura representa, e pode representar para a Região, um papel de extrema importância e potenciador da riqueza da própria Região.

Portanto, estas instituições, instituições como o Instituto Açoriano de Cultura, devem ser parceiras privilegiadas das instituições governamentais, nomeadamente das Secretarias da Educação e Cultura, e do Turismo.

Achamos também que se o papel do Estado e das instituições é fundamental na salvaguarda dos valores democráticos, não pode, ou não deve, sobrepor-se às dinâmicas da própria sociedade e por isso seria pertinente e necessário que a Região desse mais espaço a instituições como o Instituto Açoriano de Cultura evitando que alguma delas, algumas das instituições governamentais, se sobreponham à ação da própria sociedade civil.

É isto grosso modo que se nos oferece dizer.

Presidente: Muito bem, sobre o objeto e o *core business* da instituição. Muito obrigado.

Não sei se as Sras. e os Srs. Deputados querem colocar alguma questão ao Sr. Presidente do Instituto Açoriano de Cultura, designadamente relacionado com a temática da cultura e autonomia da sociedade civil.

Sr. Deputado João Bruto da Costa faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais, cumprimentar o Sr. Professor Carlos Bessa. Muito obrigado pela sua presença.

Falou-se aqui hoje, nas audições que tivemos ocasião de ser beneficiados, por assim dizer, de que nos Açores se vive um pouco um problema cultural relativamente à relação dos cidadãos com a política, com a Autonomia e com as instituições da Autonomia.

Que esse problema cultural impede um pouco, quer a participação cívica, quer o envolvimento também das pessoas com as instituições, e que tem levado de alguma forma a este afastamento que vamos sentindo e que se vai revelando na abstenção, que se vai relevando também no desinteresse que algumas pessoas vão notando existir na sociedade açoriana relativamente a estes assuntos mais políticos, por assim dizer, e nesta questão mais relacionada com a evolução da Autonomia.

Aquilo que se pretende com esta Comissão é precisamente perceber para onde é que queremos ir e também o que é que podemos fazer para melhorar esta relação e também o que é que podemos fazer para melhorar o desempenho na Autonomia enquanto instituto, por assim dizer, do nosso edifício constitucional e da nossa organização enquanto Estado.

Portanto, queria saber da sua parte qual é a sua visão também sobre este aspeto e em que medida é que podemos tomar algumas decisões, medidas, ou propostas, naquilo que será a nossa evolução do pensamento também nesta Comissão e naquilo que podemos ser contribuintes, por assim dizer, para que se possa caminhar num sentido de maior benefício para todos nós enquanto cidadãos dos Açores, enquanto cidadãos participantes nesta Autonomia que queremos fazer evoluir.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não sei se há mais alguém, para já, que queira colocar mais alguma questão ou algum pedido de esclarecimento.

(Pausa)

Para já creio que não. Sr. Doutor, faça favor.

(*) **Representante do Instituto Açoriano de Cultura:** Muito obrigado, pela sua questão, Sr. Deputado.

Relativamente à questão que me colocou considero que é importante para a Região salvaguardar especificidades de cada ilha (são nove). Cada uma delas tem as suas particularidades e cada uma delas em as suas dinâmicas.

Do meu ponto de vista, um papel importante para o desenvolvimento e para a sustentabilidade da Região assenta na formação, particularmente na educação e uma educação que salvasse sempre a precessão da diferença, da multiplicidade, da riqueza e uma educação que seja sempre inclusiva.

Quanto a ações concretas para que isso aconteça, para que as pessoas participem mais, além de uma melhor formação, será que as pessoas, ou que as instituições, ou que as associações de cada uma das ilhas sejam chamadas a intervir nas dinâmicas, nos processos e que as coisas não fiquem circunscritas, única e exclusivamente, a um número muito restrito de instituições governamentais ou autárquicas.

Presidente: Sra. Deputada Susana Pereira da Costa, faça favor.

(*) Deputada Susana Costa (PS): Obrigada.

Muito obrigada também por ter tido a gentileza de partilhar connosco algumas das suas ideias.

Percebi na sua exposição algum desconforto, uma eventual sobreposição, não irei usar uma palavra tão forte como canibalização, mas uma certa sobreposição entre os projetos de índole cultural que os institutos fazem pela Região e a política cultural que o Governo tem, certamente através da DRAC.

No seu entendimento, uma reflexão reformista sobre a Autonomia exigiria um esvaziamento do poder político na área cultural.

A função do Governo Regional, da Assembleia e da sua tutela toda autónoma seria apenas de consultora ou de financiador de eventuais projetos?

Portanto, dentro desse ponto de vista, da cultura, daquilo tudo que nós entendemos por cultura, desde projetos literários, artísticos e a arte na sua variadíssima função, deverá uma nova Autonomia ser esvaziada desta função educadora, civilizadora, cultural?

Portanto, deixar isso um pouco à iniciativa, quando digo privada, seja a título individual, nomeadamente através das associações, como é o caso do IAC?

Notei sempre um tom um pouco mais...

(*) Representante do Instituto Açoriano de Cultura: Não! Não fui completamente claro.

Deputada Susana Costa (PS): Ou eu talvez não tenha percebido bem, peço desculpa!

O Orador: Eu creio que o papel do Governo Regional, e nomeadamente da Direção Regional da Cultura, é importante na salvaguarda, preservação e divulgação do património. Acho que é um papel fundamental e não deve ser substituído ou não deve ser entregue à iniciativa privada, a não ser em

circunstâncias muito específicas e em relação a áreas muito restritas e muito bem acauteladas.

O que eu me referia era... Eu posso dar um exemplo:

A Direção Regional da Cultura, por exemplo, tem vindo a editar uma revista. Creio que não é papel, ou não deve ser papel, de um órgão do Governo a edição de revistas, quando na sociedade civil há instituições ou empresas que o fazem. Portanto, esse papel deve caber a essas empresas e o Governo, ou a Direção Regional da Cultura, se assim o entender, com base num critério de uma política que está estabelecida, deve ou não apoiar essas mesmas publicações.

Agora não me parece correto que, no séc. XXI, quando não há uma política de gosto, se edite uma revista, quando esse tipo de publicação pode ser feito com melhores critérios, se calhar menos custos, por editoras ou por instituições. Isto será um exemplo.

Agora, penso que o papel do Governo e da Autonomia deve ser sempre preservar o património. Esse deve ficar muito acautelado e, na medida do possível deve promover também a contemporaneidade, porque por uma questão de gosto e por uma questão de decisão das maiorias, numa decisão democrática, há uma tendência a esquecer que a cultura avança não pelo papel das maiorias, mas pelo papel das minorias e elas precisam de ser acauteladas sob pena de os Açores poderem vir a perder a sua identidade.

Temos, por exemplo, (damos sempre muita relevância), àquilo que tem a ver com manifestações mais afins das classes ditas populares, estou a pensar nomeadamente no folclore, mas também gostaria de recordar que essa questão do folclore é uma questão que se prende com um período específico da história da Europa e com o aparecimento do romantismo, e depois isso vem a ver aproveitado por regimes totalitários como uma promoção de que o que é nosso é que é bom, num sentido de fechar um indivíduo ou outro.

Creio que não é esse o entendimento que nenhum de nós hoje tem. No entanto, isto continua um bocado, fruto de determinadas inércias, a ser veiculado e depois há aqui uma zona cinzenta que parece-me que não é dever da Região suportar, porque estas coisas têm dinâmicas próprias, se calhar suportam-se a elas próprias, e há outras áreas que são necessárias para a Região e que são descoradas.

Portanto, era isto que se me oferecia dizer à sua questão.

Deputada Susana Costa (PS): Muito obrigada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não sei se há mais alguma questão?

(Pausa)

Creio não haver. Resta-me naturalmente agradecer o contributo e a disponibilidade do Sr. Presidente do Instituto Açoriano de Cultura e do próprio Instituto. Até sempre! Muito obrigado.

Representante do Instituto Açoriano de Cultura: Muito obrigado eu!

Eram 17 horas e 08 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

